

## Teologia do diálogo inter-religioso enquanto Teologia Política

Interreligious dialogue theology as Political Theology

*\*Fabrício Veliq*

### Resumo

O presente artigo visa propor que toda teologia do diálogo inter-religioso deve ser vista como uma teologia política. Partimos da abordagem do diálogo inter-religioso em seu viés pneumatológico que deseja estabelecer critérios de discernimento para identificação do Espírito nas outras religiões. Tomando como critério de discernimento a integralidade da vida em todas as suas formas, expandimos tal critério para mostrar que afirmar isso, para uma teologia do diálogo inter-religioso, implica colocá-lo no escopo de uma teologia política e não mais somente nas esferas da teologia sistemática ou fundamental.

**Palavras-chave:** Critério de discernimento; Diálogo inter-religioso; Teologia política

### Abstract

This article states that every interreligious dialogue theology should be seen as a political theology. To do so, we have started from a pneumatological interreligious dialogue bias that focuses its efforts on the discernment criterion to identify Spirit's action in other religions. Taking as a discernment criteria life's integrality in all its aspects, we have expanded this criterion in order to show that to make this statement about interreligious dialogue theology implies affirm that this theology is a political theology. Hence,

<sup>o</sup>Doutor em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Contato: fveliq@gmail.com

Enviado em

12.08.2020

Aprovado em

11.05.2021

Ano XXIX - Nº 99

Maio - Ago 2021



PUC-SP

Programa de Estudos

Pós Graduação em

Teologia - PUC/SP

interreligious dialogue theology should not be seen only in systematic and fundamental theology biases, but as a political theology.

**Keywords:** Discernment Criteria; Interreligious Dialogue; Political Theology

## Introdução

**F**alar sobre teologia política no cenário atual é uma tarefa para todo teólogo que se preocupa com uma teologia que visa dizer algo para a sociedade na qual está inserido. Em termos históricos, é curto o período no qual é feita uma teologia política. Desde seu início, por volta da década de 60, essa é vista com desconfiança por parte dos poderosos eclesiais e seculares, uma vez que colocam os diversos marginalizados no centro da própria reflexão teológica, ao mesmo tempo em que critica as estruturas que geram essas desigualdades e os processos de exclusão.

São constantes as tentativas de marginalizar todo discurso teológico que se levanta contra o *status quo*, não sendo, como se sabe, algo novo, bastando para isso observar os movimentos proféticos no Antigo Testamento, ou ainda o movimento de Jesus relatado nos Evangelhos e, posteriormente, as perseguições sofridas pelos primeiros cristãos. Em todos eles, era latente a luta pela justiça, a condenação das estruturas que geravam a morte dos fragilizados, a proclamação de que Deus era aquele que demandava a justiça e a equidade na sua criação.

É nessa mesma esteira que boa parte das teologias políticas que surgiram no século XX caminha, tais como a teologia da libertação, as teologias feministas, e mais recentemente a teologia *Queer*, dentre tantas outras que poderíamos citar. Constantemente vistas com desconfiança, sem, contudo, deixar de exercer a sua função de, olhando para o mundo, tentar se comunicar com ele para pensar, em perspectiva cristã, novas alternativas de concebê-lo. Sendo uma teologia que olha para o mundo não pode estar alheia às diversas esferas que o perpassam.

Talvez, em situação ainda pior, esteja a teologia do diálogo inter-religioso em solo brasileiro. Mesmo no campo teológico, é pouco o conhecimento que se

tem dessa disciplina, que preenche, em alguns cursos, alguma carga horária e, em outros, nem aparece como disciplina optativa.

No entanto, a temática do diálogo inter-religioso se mostra extremamente importante e com uma pesquisa bastante profícua em diversas partes do mundo. Também nascida no século XX, após o Concílio Vaticano II, levantou diversos questionamentos ao cristianismo, uma vez que visa aprofundar seu conhecimento das outras religiões e das outras formas de se falar a respeito do divino.

Partindo da premissa de que não se está mais em uma cristandade, o diálogo inter-religioso se colocou como imperativo, tendo suas primeiras formulações em solo europeu e atingindo posteriormente o fazer teológico dos outros continentes.

Embora sejam diversas as propostas de diálogo inter-religioso, bem como diversas as teologias políticas elaboradas (muitas delas a partir do solo brasileiro), a junção entre as duas temáticas ainda se mostra, até onde temos conhecimento, inexistente na teologia brasileira.

O intuito desse artigo é, portanto, mostrar que a teologia do diálogo inter-religioso, em especial aquela de viés pneumatológico, deve ser vista não somente como uma disciplina dentro do campo da teologia sistemática e fundamental. Antes, deve ser vista como parte integrante de uma teologia política que olha para as realidades a fim de propor novas perspectivas.

Para alcançarmos tal objetivo, dividimos o artigo em três partes: no primeiro momento, apresentamos os aspectos de uma teologia política, dando um pequeno histórico de seu desenvolvimento; no segundo momento, apresentamos os aspectos do diálogo inter-religioso contemporâneo e, por fim, apresentamos a ligação que é possível fazer entre teologia política e diálogo inter-religioso tomando por base a premissa dos critérios de discernimento de uma teologia do diálogo inter-religioso de viés pneumatológico.

## Aspectos de uma Teologia Política

A Teologia Política da forma que se conhece e é estudada em dias atuais tem um grande valor para que se possa repensar a prática cristã. Nomes como Johann Baptist Metz (1928-2019), Jürgen Moltmann (1926-) e Carl Schmitt (1888-

1985), bem como suas teorias a respeito do caráter político que é demandado de uma teologia em tempos atuais são bem conhecidos.

A Teologia Política esclarece que a teologia não deve ser feita de uma forma isolada dos problemas da sociedade e pensando somente nas categorias espirituais e celestiais, antes, ter em mente que a vivência da fé traz em seu bojo uma efetividade. Como bem coloca Senger, a Teologia Política é “uma teologia ‘consciente’, cujos pés estão realmente fincados na terra do social e público, cujos olhos estão realmente abertos frente ao mundo, palco da atuação redentora e escatológica de Deus, seu Reino” (SENGER, 2012, p. 760).

Da mesma forma, Metz, afirma que a fé se relaciona com o mundo (por causa da esperança) em sentido social e político. Teologia do mundo não é nem objetivista com relação ao cosmo, nem somente transcendental da pessoa, mas especialmente política (METZ, 1969, p. 92).

Ao mesmo tempo, é uma teologia que visa não somente uma ação prática, mas também um engajamento teórico bem fundamentado, como nos diz Boff: “a síntese Teologia-Política se realiza no e pelo próprio engajamento teórico. Quer dizer: toma-se posição política no interior do campo intelectual como tal. O lugar teórico torna-se a trincheira real dos afrontamentos políticos” (BOFF, 1978, p.296).

Essa ligação entre política e teologia, por sua vez, não é algo que surge somente em tempos atuais. Ravasi nos mostra em seu artigo os diferentes modelos políticos existentes já no Antigo Testamento, tais como o teocrático e o modelo laico, mostrando, assim, que o Antigo Testamento não “canoniza nenhum modelo de sistema ou partido político” (RAVASI, 1983, p.244).

O nascimento de uma Teologia Política em seu viés contemporâneo se deu por volta dos anos 60, trazendo uma visão dessa teologia como crítica dos assuntos que perpassam a vida da sociedade por entender que toda teologia deve dar respostas às questões trazidas pelo contexto na qual é feita, sem, contudo, transformar-se em uma teoria da qual a práxis cristã seria derivada. Deve, portanto, ser considerada como hermenêutica teológica de uma ética política (Metz) ou, em outras palavras, como hermenêutica política do Evangelho (Moltmann), como bem nos mostra Senger (2012).

Como consequência, a teologia não pode se portar como quem não ouve as questões do seu próprio tempo, mas deve sempre recobrar a consciência de que se trata de uma “religião que mira o mundo” (METZ, 2006, p. 11), indo, portanto, na direção oposta do ascetismo trivial que prega somente uma fuga do mundo, direção esta que ainda perpassa muitos movimentos religiosos atuais, nos quais se é pregado um distanciamento do mundo ao invés de uma ida a seu encontro para compreendê-lo e ouvi-lo. A fé, como nos fala Metz, é resultado do mundo profano e deve, assim, não se tornar surda àquilo que esse mesmo mundo tem a dizer a ela:

A fé, resultado do mundo profano, é por este interrogada sobre o modo como se comporta perante esse universo que a institui. É claro que, em face de uma situação tão definida, a fé pode simplesmente tornar-se surda e, escudada por essa surdez, persistir na tradição teológica e na devoção religiosa, como se o Espírito Santo ainda a não tivesse iluminado, impondo-lhe a compreensão e a responsabilidade que lhe cabe em cada tempo (METZ, 1969, p.9).

Dito isso, não é de se espantar que Moltmann, por volta dos anos 70, já traz o objeto de ocupação da Teologia Política: “Qual a relação que existe entre as ideias religiosas e as constituições políticas da sociedade de uma determinada época? Essa é a questão de que se ocupa a Teologia Política” (MOLTMANN, 2000, p. 198), de maneira que:

A Teologia Política de hoje, que se ocupa da relação entre as concepções religiosas e políticas, deve portanto encarar e identificar, tanto na história como principalmente na atualidade, a situação e a constelação dos interesses, no seio dos quais aparecem e se reconhecem aquelas correspondências e contradições (MOLTMANN, 2000, p. 199).

Isso, segundo Moltmann, sem perder a sua própria identidade cristã, uma vez que “toda tentativa de restabelecer a unidade de religião e política é absurda. Significaria a dissolução da Igreja no Estado” (MOLTMANN, 2000, p. 203). Dessa forma, não se trata de uma politização da Igreja, mas sim “uma posição cristã na atuação dos cristãos em termos políticos” (SENGER, 2012, p. 765).

Todavia, um ponto pouco analisado por Moltmann (visto também não ser

uma realidade em seu tempo) é a dissolução do Estado na Igreja, de maneira a haver certa teocracia institucionalizada, fora daquilo que o próprio Moltmann considerou como monoteísmo clerical, criticando uma teologia do papado, ligando-o a uma visão monárquica<sup>1</sup> (cf. MOLTSMANN, 2000, p. 205-207) e, como bem aponta Metz, interessada na conservação do poder (METZ, 2007, p.162).

A Teologia Política moltmanniana, por sua vez, tem seu *locus* na categoria da esperança, sendo essa a chave de leitura para toda ação política efetiva no mundo. Por meio da esperança da ressurreição é que é possível perceber que este mundo não é o mundo desejado por Deus, o que leva a toda pessoa cristã que teve seu encontro com o Ressuscitado a buscar apresentar no mundo as categorias do Reino de Deus, tais como a justiça, a misericórdia e o amor.

Em Metz, uma esperança política nos faz lembrar o entrelaçamento entre política e religião. Em suas palavras: “Esperança política: isto nos lembra o reaparecimento de um entrelaçamento, hoje tornado obsoleto, entre religião e política” (METZ, 1984, p. 88). Aqui vale ressaltar a diferenciação entre esperança em Metz e Moltmann. Para Moltmann, a esperança se funda nas promessas de Deus feita a seu povo. Visto que Deus sempre cumpriu suas promessas ao longo da história, ele, enquanto prometeente é o garantidor do cumprimento das promessas feitas. Assim, a esperança é possível.

Cabe ressaltar que mesmo que Metz considere essa relação obsoleta, o pêndulo da história parece ter se voltado para o renascer de uma estreita ligação entre religião e política, sendo, no caso brasileiro, o motivo de diversas medidas atuais, principalmente de caráter moral.

Embora tanto Moltmann quanto Metz tenham sido dois grandes expoentes da teologia contemporânea do século XX, ambos falam a partir do mundo europeu, desenvolvendo, portanto, uma Teologia Política que visa dar respostas às questões de sua própria cultura.

---

1. Aqui é importante lembrarmos o trabalho de Peterson que mostra que “Depois de Filón não encontramos o conceito de “monarquia divina” até chegar à literatura dos apologetas cristãos. E não parece casual; porque como esse conceito serviu a Filón para fazer compreensível aos prosélitos o monoteísmo judeu, aos apologetas lhes resultou muito útil para defender o cristianismo” (cf. PETERSON, 1999, p. 61).

A teologia da libertação, por sua vez, nasce a partir das realidades da América Latina, ainda que se baseando em diversos trabalhos de teólogos europeus, tais como Metz e Moltmann, tem o esforço de tentar trazer sua própria reflexão teológica para seu próprio ambiente não exportando teologia, mas tentando fazê-la a partir de dentro. Na tese de Codina, esse movimento contextual da reflexão teológica, é uma evidência de que o Espírito de Deus, ao longo de toda a história, atua a partir de baixo. (CODINA, 2015).

Embora não seja do escopo deste artigo discorrer sobre a teologia da libertação em si, uma vez que já há diversos artigos que abordem essa temática no país, consideramos que deixar de mencioná-la em um artigo que fala sobre Teologia Política seria um absurdo.

Mas, ao mesmo tempo, se é desejo seguir na esteira de que toda teologia deve ser feita a partir de certo contexto social, político e econômico, as questões de gênero se fazem necessárias, visto que é impossível negar, na sociedade atual, o esforço que diversas mulheres têm feito para que a teologia também lhe dê voz. Nesse contexto, abordar a questão das teologias feministas, principalmente aquelas que nascem no sul global, revela-se de grande importância para uma Teologia Política para o século XXI.

Dito isso, acreditamos ser importante alguns esclarecimentos para situar o leitor e a leitora para aquilo que tem sido, neste artigo, considerado como Teologia Política. Como nos mostra AQUINO JÚNIOR<sup>2</sup>, o movimento teológico que se denomina Teologia Política na atualidade se insere dentro da problemática entre religião e política, muito anterior ao próprio cristianismo, remetendo aos estoicos.

É com isso em mente que Metz, tal como mencionamos mais acima inserirá sua proposta de uma Nova Teologia Política, em contraposição ao que denominou Antiga Teologia Política, que instrumentalizava o cristianismo para razões políticas, em um viés conservador e ideológico, mesmo que, como aponta AQUINO JÚNIOR (s/d), tal definição traz em seu bojo algumas limitações

---

2. Todas as referências ao autor foram retiradas do verbete disponível em <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1658>.

teóricas, como, por exemplo, o fato de que nem toda abordagem teológica da relação entre religião e política ao longo da história do cristianismo se deu em caráter conservador.

A Nova Teologia Política, como proposto por Metz, quer ser uma teologia do mundo, levando a sério as novas questões trazidas pelo mundo Moderno e, portanto, supõe do mundo, do político e da relação entre teologia e esses termos. AQUINO JÚNIOR (s/d), novamente, dá uma boa síntese sobre essa nova perspectiva ao dizer que a Nova Teologia Política:

(...) entende o *mundo* não como “cosmos” em contraposição à existência e à pessoa nem como “realidade meramente existencial ou pessoal”, mas como “realidade social em um processo histórico” (METZ, 1997, p. 15). E fala do *político* no sentido que essa expressão adquiriu no mundo moderno, seja no que diz respeito à distinção entre Estado e sociedade e à consequente superação do reducionismo do político a técnicas de administração do poder, seja no que diz respeito ao caráter crítico que deve caracterizar um discurso. Isso possibilitou uma nova compreensão da *relação entre teologia e política*, onde a Igreja se entende não em função do Estado, mas como “instituição crítico-social” com “tarefa crítico-libertadora” na sociedade ou como “lugar e instituição sócio-críticos da liberdade” e a TP é entendida como “consciência crítica das implicações sociais e das tarefas do Cristianismo” (cf. METZ, 1997, p. 15ss, 32, 35ss). (AQUINO JÚNIOR, s/d)

Como bem apontado por AQUINO JÚNIOR (s/d), a Nova Teologia Política quer propor um diálogo crítico-criativo com as questões da modernidade e com as teologias modernas de seu tempo, propondo uma desprivatização da fé, algo característico das teologias personalistas desenvolvidas até meados do século XX. Ao mesmo tempo, também quer “explicitar e desenvolver as implicações sociopolíticas da mensagem cristã no contexto de uma sociedade moderna. Trata-se de repensar modernamente as relações entre religião e sociedade, entre fé e práxis social.”. (AQUINO JÚNIOR, s/d)

Em outras palavras, “emerge como reelaboração da mensagem cristã em sua totalidade à luz de sua relevância social no contexto de uma sociedade moderna”, buscando “dar razão ou explicitar os fundamentos práxico-sociais da

mensagem escatológica cristã no contexto de uma sociedade esclarecida e secularizada que privatiza a religião e compromete sua dimensão sociopolítica”. (AQUINO JÚNIOR, s/d).

Essa Nova Teologia Política, no entanto, apesar de suas grandes contribuições, não deixa de apresentar algumas limitações, como certa redução do termo “político”, ou ainda reduzir tudo o que é próprio da fé à questão política, uma vez que não é somente este o objeto da teologia cristã, como bem nos aponta Aquino Júnior.

Com isso em mente, na atualidade são amplas as opiniões acerca de quais seriam as tarefas de uma teologia política, algo bem resumido por William T. Cavanaugh and Peter Scott (2004):

Para alguns, a política é vista como um “dado” com sua própria autonomia secular. Política e teologia são, portanto, duas atividades essencialmente distintas, uma que tem a ver com o poder público, e outra que tem, em primeiro lugar, a ver com as experiências religiosas e as associações semiprivadas de seus seguidores. A tarefa da teologia política pode ser relacionar a crença religiosa com questões sociais mais amplas, sem confundir a autonomia adequada de cada uma. Para outros, a teologia é uma reflexão crítica sobre o político. Teologia é relacionada com a superestrutura de base político-econômica material. Teologia reflete e reforça arranjos políticos justos ou injustos. A tarefa da teologia política pode ser, então, expor as maneiras pelas quais o discurso teológico reproduz desigualdades de classe, gênero ou raça, e reconstruir a teologia para que sirva à causa da justiça. Para outros, ainda, teologia e política são atividades essencialmente semelhantes; ambas são constituída na produção de imagens metafísicas em torno das quais as comunidades são organizadas. Toda política tem uma teologia embutida, e formas particulares de organização estão implícitas em doutrinas como, por exemplo, Trindade, igreja e escatologia. Não há separação essencial de base material e superestrutura cultural. A tarefa, então, pode ser a de expor as falsas teologias subjacente às políticas supostamente “seculares” e promover a verdadeira política implícita em uma verdadeira teologia. (CAVANAUGH; SCOTT, 2004, p. 12)

Em sentido amplo, entendemos Teologia Política como a junção das duas vertentes postas por Cavanaugh, uma vez que compreendemos que as questões

da teologia vão para além do meramente político e, ao mesmo tempo, tem como tarefa servir à causa da justiça.

A seguir, voltaremos nosso olhar para a questão do diálogo inter-religioso, na tentativa de relacionar essas duas temáticas, mostrando que uma teologia do diálogo inter-religioso não pode ser desvincilhada de uma Teologia Política.

## Aspectos de uma Teologia do diálogo inter-religioso

O diálogo inter-religioso não é algo de todo novo na história do cristianismo se, por diálogo, compreendermos o encontro de representantes de duas perspectivas religiosas diferentes que abordam alguma questão religiosa (HASSELHOFF, 2012, p. 148). Nesse sentido, já no Novo Testamento é possível perceber modelos de diálogos inter-religiosos como, por exemplo, quando Paulo fala com os gregos a respeito do “Deus desconhecido” (Atos 17,22-23).

Da mesma forma, durante o período da Idade Média também é possível perceber que o diálogo inter-religioso continua nas sendas do cristianismo, ainda que de forma diferente, utilizando-se de manuais, literaturas e ficções para propor questões e respostas que apresentavam as diferenças entre os modelos de fé dos envolvidos. Nomes como Teodoro Abu Qurra, Pedro Abelardo, Pedro Alfonso e Nicolau de Cusa são dignos de nota nesse período (cf. HASSELHOFF, 2012, p. 155-175). Já no período moderno, no que tange ao diálogo inter-religioso é digno de nota o nome de Charles de Foucauld (1858-1916) por sua convivência com muçulmanos no norte da África (cf. MACEDO, 2017, p. 28ss).

Ainda que todos esses nomes possam ser listados quando falamos em diálogo inter-religioso no cristianismo, é no século XX que o estudo a respeito desse tema tomou um lugar relevante na teologia cristã. Em geral, tal teologia possui dois vieses bem característicos, a partir da percepção de que não se está mais na época em que somente uma religião detém a esfera religiosa e política de nossa sociedade. Sobre eles falaremos a seguir.

## O viés cristológico

O viés cristológico pode é comumente caracterizado em três linhas de pensamento: exclusivista, inclusivista e pluralista. Veliq (2018, p. 190-191), nos dá

uma boa conceituação a respeito disso:

A linha exclusivista, ou também chamada tradicionalista, traz em seu escopo a ideia de que a salvação somente se daria a partir do pertencimento à fé cristã e, para uma parte da corrente evangélica, a confissão do nome de Jesus como constitutivo da salvação. A posição inclusivista, por sua vez, faz a diferenciação entre a salvação enquanto ontológica (a ação de Cristo na pessoa) e o acesso epistemológico (através da pregação do evangelho entre outras providências divinas). Nesse sentido, na perspectiva inclusivista é possível que pessoas que nunca ouviram falar a respeito do evangelho possam ser salvas por ação de Deus de forma que somente Ele conhece. A perspectiva pluralista, por sua vez, com nomes como John Hick e Paul Knitter, sustenta que a salvação precisa ser entendida como disponível através das várias religiões da mesma forma que os raios do sol alcançam a todos. Para isso, pressupõem a noção de paridade epistemológica, ou seja, a salvação precisa ser universal e acessível a todas as pessoas, independentemente do local de seu nascimento, ou de sua cultura religiosa.

Como bem nos mostrou Hurtado (2012), as perspectivas cristológicas no século XX são bem diversas. Elas se iniciam com John Hick, teólogo protestante, com a “metáfora do Deus encarnado”, em que Jesus e todo o testemunho da encarnação não passavam de uma elaboração do mundo grego romano, o que em si não possui nada de tanta novidade se nos lembrarmos de Adolf von Harnack e sua tese de que o cristianismo é a helenização do judaísmo.

Como também nos mostra Hurtado (2012), outros teólogos se mostraram importantes nessa tentativa de diálogo. Dentre eles, Hurtado nos mostra que Paul Knitter, teólogo católico, proporá que Cristo é um entre os muitos salvadores levantados por Deus. Aquilo que realiza a salvação são os atos de amor e justiça que são feitos pelos homens e pelas mulheres. Inegável aqui as grandes possibilidades que se desdobram pela perspectiva de Knitter, porém a unicidade de Jesus fica comprometida, o que sem dúvida, afeta um dos pilares da fé cristã que é a própria encarnação de Deus. Também nos fala de Jacques Dupuis, mais um teólogo nessa empreitada. Ele partiu do princípio de um *Logos* sem carne, ou seja, o *Logos* continua a agir após a ressurreição de Jesus, ou seja, aqui há diferenciação entre o Verbo e Cristo. Cristo é o sacramento universal da vontade salvadora

de Deus, mas não é o único sacramento. Embora seja interessante a forma de elaboração, Dupuis segue em uma linha contrária ao Concílio de Calcedônia acerca da não separação entre o Logos e a carne de Jesus, o que, sem dúvida, traz consequências grandes para a salvação.

Por último, Hurtado (2012) nos lembra que Claude Geffré, um dos grandes incentivadores de uma teologia de caráter hermenêutico, diante desse novo paradigma teológico que é o diálogo inter-religioso, também propõe uma forma de dialogar pelo viés da cristologia. Esse considera Cristo como o “universal concreto”, ou seja, ainda que Jesus tenha sido um acontecimento particular, possui um sentido universal. Nesse sentido, é aquele que mantém uma cristologia normativa e sem consequências que sejam penosas para a fé cristã.

## O viés pneumatológico

Pouco estudada até então no Brasil, traz uma nova perspectiva para a temática (cf. VELIQ, 2018). Essa via, abordada por teólogos como Clark Pinnock (1996), Amos Yong (2003), Georges Khodr (1971), Jacques Dupuis (1976) e Fabrício Veliq (2018) não tem como preocupação principal a questão do como se dá a salvação nas outras religiões, mas parte do princípio de que o Espírito de Deus age nessas religiões, sendo papel teológico discernir sua ação nelas.

A questão do discernimento, por sua vez, não se mostra como uma tarefa fácil, uma vez que pressupõe que se tenha um bom conhecimento tanto da sua própria religião quanto daquela com a qual se quer estabelecer um diálogo. Dessa forma, pensar os critérios de discernimento não deve ser visto como irrelevante, mas como corolário de uma teologia que se pretende entrar pelos caminhos do diálogo inter-religioso de viés pneumatológico.

É uma marca característica de todos os teólogos mencionados tentarem encontrar critérios de discernimentos que consideram válidos para a temática. Desde Jacques Dupuis, para quem o trabalho do cristão no diálogo inter-religioso seja o de reconhecer a ação do Espírito naquele com quem dialoga em uma tarefa profética de interpretar e compreender o evento da salvação que se encontra na outra religião para posteriormente revelar a ela que aquilo que esta compreende como salvação tem sua fonte no evangelho conforme entendido pelo

cristianismo (DUPUIS, 1976, p.203-204), até Amos Yong, para quem “discernir as religiões envolve desenvolver habilidades não somente para reconhecer heterodoxias, mas também para identificar heteropraxis” (YONG, 2003, p.174), o desafio de encontrar critérios de discernimento se mostra recorrente.

Veliq (2018, p. 315-318) estabelece aquilo que considera um novo critério de discernimento para a questão do diálogo inter-religioso. Sua tese, tomando por base a pneumatologia desenvolvida por Moltmann, afirma que a promoção da vida em sua integralidade deve ser considerada um critério de discernimento para identificar a ação do Espírito nas outras religiões. Em outras palavras, afirma que “ali onde a vida é afirmada em todas as suas formas, seja humana, seja animal, seja da natureza, ali se faz presente o Espírito de Deus” em qualquer religião (VELIQ, 2018, p. 309).

Essa tese, a nosso ver, se mostra interessante por três motivos: em primeiro lugar, ao se colocar a vida da natureza como critério de discernimento da ação do Espírito nas outras religiões, constroem-se pontes para o diálogo com religiões indígenas e africanas, que tem uma relação muito mais profunda com a natureza do que as religiões de matrizes ocidentais.

Como segundo motivo é importante notar que a tese concede à natureza um *status* de igualdade com as questões éticas comumente abordadas ao se tratar de critérios de discernimento. Em um cenário mundial, no qual o aquecimento global se faz cada dia mais presente e as consequências do descaso para com a natureza se agigantam afetando toda a humanidade, recuperar o valor da natureza, alterando seu *status* ajuda a promover, no mundo religioso e teológico, o valor que ela tem enquanto criação de Deus e, por isso, merecedora de cuidado e preservação.

Em terceiro, ressalta o caráter descolonial da proposta e, portanto, abre perspectivas para ouvir e aprender com a pluralidade dos saberes encontrados nas outras religiões, principalmente aquelas que não receberam influências das epistemologias europeias, podendo levar o estudo pneumatológico a uma nova forma de pensar que esteja mais conectada com o cosmos e que nasce a partir de baixo, como diz Victor Codina (2015).

## O diálogo inter-religioso e a Teologia Política

O diálogo é próprio da política, seja a palavra política considerada em seu uso cotidiano, como aquilo que é feito nos ambientes do poder, ou entendida como os gregos a compreendiam, ou seja, a “vida na *polis*”. Nos dois casos, nossa sociedade compreende de forma muito clara que toda política precisa de diálogo. Afinal, são diversos os acordos que precisam ser feitos diariamente, e todos eles envolvem essa troca de ideias e negociações a respeito de determinada temática.

Nesse sentido, não deve soar estranho o caráter político da categoria diálogo. Ao mesmo tempo em que ele é próprio da política, também se coloca como condição imprescindível para que tal política não siga pelas vias belicosas, mas chegue a bom termo tendo apreciado as diversas posições diferentes.

Quando vamos para a questão teológica e tratamos de uma teologia política e de uma teologia do diálogo inter-religioso, nem sempre essas duas teologias são vistas como imbricadas. No entanto, diante do vimos até aqui, acreditamos ser possível estabelecer a ligação entre a teologia do diálogo inter-religioso com a teologia política. Uma vez que a afirmação da vida em sua integralidade é colocada como critério de discernimento, então as categorias de bem-estar social, pobreza, gênero, ecologia etc passam a fazer parte do próprio diálogo inter-religioso, não podendo, assim, ser visto como algo isolado. A consequência direta disso é que temas largamente tratados pela teologia política encontram agora lugar também no diálogo inter-religioso, de maneira que é possível afirmar que uma teologia do diálogo inter-religioso é, necessariamente, uma teologia política.

Consequentemente, tal perspectiva abre o leque para se pensar a estreita ligação entre uma teologia do diálogo inter-religioso e as políticas públicas necessárias para a sociedade brasileira, especialmente em um país cuja intolerância religiosa ainda se mostra como realidade, principalmente no que tange às religiões de matrizes africanas.

Em termos concretos, teólogos e teólogas engajadas com o diálogo inter-religioso poderiam ser chamados para pensar materiais de conscientização a respeito das religiões e da necessidade da compreensão de diferentes perspectivas

a respeito do divino, ou ainda para fornecer assessoria legislativa para membros das câmaras municipais, estaduais e federais, visando a elaboração de leis que puna com mais rigor os casos de intolerância religiosa, ou até mesmo em seu uso pelas entidades civis para que pressionassem o poder público para efetivação de tais leis.

Outra frente possível seria a grande contribuição que uma teologia do diálogo inter-religioso pode dar à questões socioambientais, tais como uma maior conscientização da importância dos diversos biomas naturais, uma vez que grande parcela das religiões tem a natureza como algo relacionado ao divino e que, portanto necessita de cuidado. Cuidar do planeta, lutar para que haja políticas de preservação ambiental, conscientizar pessoas a respeito dessa temática se mostram como outras boas consequências de se entender a teologia do diálogo inter-religioso como teologia política. Também dentro de uma perspectiva social e econômica, propondo novas alternativas de vida em sociedade amparado por religiões e culturas milenares em diálogo com as matrizes cristãs já presentes no Ocidente.

Para o fazer teológico, essas considerações se mostram importantes tanto no campo do ensino quanto no campo da *práxis*. Uma vez que em solo brasileiro os temas de estudo de diálogo inter-religioso, quando tratados nas faculdades de teologia, estão situados no quadro das teologias sistemáticas e fundamentais de maneira meramente teórica, focando mais no caráter da abertura para o diálogo do que no diálogo em si, assumir o critério de discernimento proposto pelo teólogo brasileiro em questão, leva a temática do diálogo inter-religioso dentro da teologia política, como ponto importante dessa temática. No campo prático, todavia, essa realidade se mostra bastante diferente. Entidades como o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) ou ainda a Coordenadora Ecumênica de Serviço (CESE), para citarmos somente alguns, tem tido propostas muito profícuas para a efetivação de um diálogo tanto ecumênico quanto inter-religioso e, nesse sentido, seus esforços são dignos de nota.

No cenário atual em que vivemos, tanto em nosso país, como em algumas partes do mundo, em que se vê um crescente da influência dos movimentos evan-

gêlicos neopentecostais, bem como de movimentos conservadores islâmicos, budistas e cristãos na esfera política, influenciados paradoxalmente por um *ethos* neoliberal no qual “só no extremo individualismo realiza-se a vocação humana” (MIGUEZ; RIEGER; SUNG, 2012, p.34), questionar o papel que as religiões têm alcançado na esfera política se mostra importante.

Para tal, as perguntas formuladas por Yasic se mostram pertinentes:

Podem as convicções religiosas modificar e serem modificadas pelo discurso político? Como entra a religião no debate político? Como podem as razões religiosas se converterem em argumentos políticos? Dado o fato de que os cristãos entram na vida pública usando suas próprias razões, informadas por suas convicções simbólicas, religiosas e humanistas, a discussão pública seria mais democrática se os cidadãos fizessem públicas suas próprias convicções (YASIC, 2012, p. 16).

A percepção de que falar sobre teologia política é falar também sobre diálogo inter-religioso parece clara para os povos asiáticos, nos quais a população cristã ainda é mais baixa se comparada às outras religiões milenares desse continente, fazendo, com isso, com que o cristianismo asiático articule sua forma de pensar às diversas culturas e religiões já existentes antes de sua chegada (cf. PIERIS, 2004, p. 257), mesmo que com isso alguns princípios do cristianismo sejam negociados.

Talvez, por estarmos em um país majoritariamente cristão, no qual as outras religiões ainda são vistas com descrédito e discriminação, principalmente aquelas de matrizes africanas, nunca foi exigido de uma teologia política brasileira que se abordasse a temática do diálogo inter-religioso de uma maneira mais engajada, não fazendo, portanto a ligação que acreditamos ser direta entre teologia do diálogo inter-religioso e teologia política.

## Conclusão

Fazer teologia com os pés fincados no social e no público, olhando a realidade na qual estamos inseridos não é algo simples, pois implica abordar determinada realidade a partir de certa matriz para, a partir daí, propor novas respostas. Dentre essas diversas realidades sobre as quais uma teologia política deve se

debruçar, é possível perceber que a realidade do diálogo inter-religioso ainda precisa ser mais discutida.

Largamente trabalhada por teólogos e teólogas da América Latina, a teologia política se desenvolveu fortemente ao longo de mais de meio século desde os primeiros trabalhos que abordaram as realidades sociais, culturais e econômicas como base para propor teologias que viessem ao encontro do povo que as experimentam.

As diversas experiências de teologias políticas profícuas que têm sido feitas ao redor do mundo, tais como a feminista que abordamos neste artigo, revelam que o fazer teológico pelo viés político é um caminho que não tem mais como voltar atrás, por mais que movimentos fundamentalistas cresçam em diversos lugares do mundo tentando, novamente, estabelecer uma separação entre o sagrado e o profano.

Essas teologias políticas, no entanto, resistem e continuam seu trabalho olhando para o mundo e reconhecendo que é nele e a partir dele que toda teologia deve ser proposta e vivida. Por sua vez, essa mesma teologia incentiva e deseja ser feita pelos cristãos presentes nas diversas classes sociais que perpassam a sociedade para, a partir das realidades plurais da sociedade, propor uma prática uma teologia que visa dar respostas às perguntas que são feitas por essa mesma sociedade. Nesse sentido, toda teologia política precisa também se tornar uma teologia da *práxis*. Essa forma de pensar e fazer teologia enriquece o conhecimento teológico e o desafia, visto o mundo estar em constante transformação, buscando respostas para as questões que afligem a contemporaneidade.

Dentre os vários desafios que a atualidade impõe à teologia, a questão do diálogo inter-religioso também se mostra importante. Como mostramos neste artigo, essa teologia do diálogo inter-religioso também é, se comparado em termos históricos, algo recente, de maneira que a teologia cristã ainda está Tateando formas de se falar das outras religiões de maneira dialogal.

Nesse sentido, vencer o complexo de superioridade, largamente difundido ao longo de séculos de história cristã, mostra-se como tarefa extremamente difícil e que demanda esforço e humildade teológica para se deixar aprender com a

religião que pensa diferente.

Diversas propostas de diálogo inter-religioso foram feitas, seja a partir de um viés cristológico, seja a partir de um viés pneumatológico. Essas diversas tentativas, ao mesmo tempo em que revelam uma tentativa de aproximação do cristianismo para com as outras religiões, também mostram o campo minado (para usarmos a expressão de Georges Khodr) que essa demanda possui.

Balancear identidade com diálogo não é uma tarefa fácil, bastando para isso observar as diversas querelas que se encontram dentro do próprio diálogo ecumênico, ou seja, dentro da mesma matriz cristã. Se entre nós, que possuímos a mesma fé já é complicado o diálogo, não é difícil afirmar que entre religiões que possuem fés diferentes a situação se mostra ainda mais complicada.

Embora haja diversos trabalhos em teologia política e diversos trabalhos sobre diálogo inter-religioso, mesmo que o número de trabalhos do segundo seja menor que os do primeiro, é curioso notar que, em grande parte desses trabalhos em solo brasileiro, não se estabelece uma relação entre as duas temáticas, sendo trabalhadas de maneira isolada.

Em certa medida, parece que a religião no cenário brasileiro ainda é tratada como pertencente à esfera do privado e, portanto, não deve se misturar com as questões políticas, sociais e econômicas. Nesse sentido, acreditamos que o artigo em questão traz certa novidade para as pesquisas brasileiras ao tentar relacionar as duas grandes áreas de estudo da teologia, o que também pode impactar na forma como as duas disciplinas teológicas são abordadas nas grades dos cursos de teologia espalhados pelo país.

Neste artigo, ancorados no diálogo inter-religioso pelo viés pneumatológico que tenta estabelecer critérios de discernimento para a ação do Espírito de Deus nas outras religiões, mostramos que pensar uma teologia do diálogo inter-religioso não se restringe somente ao campo da teologia sistemática e fundamental, mas traz também para seu bojo implicações éticas, políticas e sociais que devem ser consideradas, sendo, portanto, também campo para uma teologia política.

Adotando o critério da integralidade da vida em todas as suas formas como

critério de discernimento da ação do Espírito nas outras religiões, afirma-se em matrizes cristãs, que a vida em sua plenitude ocorre ali onde as premissas daquilo que entendemos como Reino de Deus se faz presente, ou seja, ali onde há justiça, amor, misericórdia, igualdade social etc, de maneira que é possível dizer que ali onde essas premissas se realizam, ali está a presença do Espírito, transformando e agindo naquela sociedade.

Com isso em mente, ousamos dizer que a teologia do diálogo inter-religioso deve ser vista também como uma teologia política, que visa pensar a sociedade tendo a categoria do diálogo inter-religioso como fundamento. Em outras palavras, o que afirmamos é que a teologia cristã do diálogo inter-religioso, caso queira ser uma teologia que faça diferença efetiva na realidade do mundo, não deve ser pensada como somente uma disciplina teórica e sistemática nos ambientes teológicos, mas deve ser está atenta às implicações políticas, sociais e culturais que traz consigo, ou seja, ser vista também enquanto uma teologia política.

## Referências

- AQUINO JÚNIOR, Francisco. **Teologia Política**. Disponível em: <http://teologica-latinoamericana.com/?p=1658>. Acesso em 26.04.2021.
- BOFF, Clodovis. **Teologia e prática: teologia do político e suas mediações**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CODINA, Victor. **El Espíritu del Señor actúa desde abajo**. Santander: Sal Terrae, 2015.
- DUPUIS, James. **Jesus Christ and His Spirit**. Nova Delhi: Theological Publications in India, 1976.
- GRAHAN, Elaine. **Feminist theology, Nothern**. In: SCOTT, Peter; CAVANAUGH, William T. (ed). *The Blackwell Companion to Political Theology*. Cornwall: 2004, p. 210-226.
- HASSELHOFF, Göрге K. **Modelos de diálogos inter-religiosos na história da Igreja**. In: *Teocomunicação*, v. 42, n. 1, Porto Alegre, p. 144-178, jan.- jun. 2012
- HURTADO, Manuel. **A Encarnação: debate cristológico na teologia cristã das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- KHODR, Gerorges. **Christianity in a Pluralistic World: The Economy of the Spirit**. *Ecumenical Review*, Geneva, v. 23, n. 2, p. 118-128, abr. 1971.
- MACEDO, Maria Suzana Figueiredo Assis. **Em terra estrangeira: hospitalidade**

- e diálogo inter-religioso.** 2017, 305f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.
- METZ, Johann Baptist. **Memoria passionis.** Santander: Sal Terrae, 2007.
- METZ, Johann Baptist. **Teologia do mundo.** Rio de Janeiro: Moraes Editores, 1969.
- MÍGUEZ, Néstor; RIEGER, Joerg; SUNG, Jung Mo. **Para além do espírito do Império: novas perspectivas em política e religião.** São Paulo: Paulinas, 2012.
- MOLTMANN, Jürgen. **Trindade e Reino de Deus: uma contribuição para a teologia.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- PETERSON, Erik. **El monoteísmo como problema político.** Madrid: Trotta, 1999.
- PIERIS, Aloysius. **Political Theologies in Asia.** In: SCOTT, Peter; CAVANAUGH, William T. (ed). *The Blackwell Companion to Political Theology.* Cornwall: 2004, p. 256-270.
- PINNOCK, Clark. **Flame of Love: a Theology of the Holy Spirit.** Illinois: IVP Academic, 1996.
- RAVASI, Gianfranco. **La teología política del Antiguo Testamento.** In: *Selecciones de Teología*, v.22, n. 88, Barcelona, p. 244-254.
- SENGER, Daniela. **Teologia política: tecendo um panorama desde Carl Schmitt, Johann Baptist Metz e Jürgen Moltmann.** In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST.* São Leopoldo, EST, v.1, 2012, p. 759-773;
- VELIQ, Fabrício. **Moltmann e o diálogo inter-religioso.** In: *Estudos Teológicos.* São Leopoldo, v. 59 n. 2, p. 490-501 jul./dez. 2019.
- VELIQ, Fabrício. **A pneumatologia hermenêutica de Jürgen Moltmann como contribuição para o diálogo inter-religioso.** 2018. 350 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2018.
- YASIC, Miguel. **Política y religion.** Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.
- YONG, Amos. **Beyond the Impasse: toward a Pneumatological Theology of Religions.** Minnesota: Baker Academic, 2003.